O Desafio da Educação Brasileira

LUIZ CASSEMIRO DOS SANTOS

CORREIO BRAZILIENSE

O início do ano de 1985 marcou o povo brasileiro por um sentimento profundo e generalizado de esperança nas mudanças políticas que se vislumbravam com a eleição indireta de Tancredo Neves. O caminho da democracia após o regime autoritário, calçado inclusive pelas circunstâncias internacionais, não frustrou a Nação, mas o resgate da dívida social permaneceu na expectativa de todos e persiste ainda agora, no começo de 1990, quando se reinicia um novo Governo legitimado pelas urnas, o que cristaliza o sistema democrático sufocado por duas longas décadas.

Embora sufocado por um sistema econômico-financeiro absolutamente deteriorado, o brasileiro volta suas esperanças para uma mudança radical no quadro social deste País que tem sido sempre do futuro, por negar permanentemente o seu presente. Uma das razões para a configuração dos miseráveis índices sociais que carregamos em nossos ombros reside na grande preocupação que nossos governos têm em resolver os problemas econômicos sem a visão de que seus equacionamentos devem servir de solução aos problemas sociais.

No bojo dessas distorções discute-se hoje, mais do que nunca, o alto grau de estagnação da economia brasileira e salienta-se que o novo Governo "vai privatizar". A premissa para tal ênfase repousa na idéia de que o capitalismo moderno pressupõe a iniciativa privada como fator essencial do desenvolvimento econômico e o setor público como gestor e impulsor da área social. Não estamos reinventando a roda! Tem sido assim a divisão de responsabilidades nos chamados países do Primeiro Mundo (capitalista). Como, segundo afirma a equipe do Governo que acaba de assumir, estaremos envidando esforços para ingressar no "clubê" do mundo desenvolvido, é de esperar que essa repartição de tarefas se dê de maneira equilibrada.

Essa reflexão, se tem ocorrido entre aqueles que vão conduzir os destinos do País nos próximos anos, ainda não se manifestou de forma clara e objetiva nos meios de comunicação. Temos ouvido e lido com uma frequência considerável que o setor público apropriou-se de áreas visivelmente da esfera privada, mas o inverso não é comentado nem analisado com a devida atenção.

Nesse contexto, duas áreas, saúde e educação, eminentemente de responsabilidade do setor público, estatais, portanto, são hoje, no Brasil, privatizadas e altamente subsidiadas pelo Governo. Se vamos ordenar este País de maneira a corrigir nossas graves distorções, devemos, de forma corajosa, empreender um plano de estatização da área educacional brasileira. Não é uma questão ideológica. É a racionalização da ordem econômico-social de uma nova Nação razoavelmente estruturada.

Não se preconiza a simples transformação de empresas de ensino (escolas particulares) em escolas públicas, da forma como vem se pensando no setor empresarial produtivo — a transformação de empresas estatais em empresas privadas. Se for interrompido o progressivo processo de crescimento das empresas privadas de

ensino através, inclusive, do estancamento de recursos públicos para esse sistema e se, paralelamente, o Governo atuar firmemente na recuperação do ensino público e na ampliação desta rede para resolver o imenso "déficit" educacional brasileiro, não há porque preocupar-se com a rede privada existente. Um ensino público de boa qualidade e em condições de cumprir o preceito constitucional da educação como dever do Estado, será suficiente para atender o princípio, também constitucional, de que o ensino é livre à iniciativa privada.

Este raciocínio prende-se, essencialmente, a dois fatores: a iniciativa privada no ensino, pela sua própria natureza, busca os setores da sociedade mais bem dotados economicamente para alcançar suas metas, inclusive as empresariais; o ensino público, por princípio, tem como fundamento oferecer igualdade de oportunidades para equilibrar a seleção social por mérito, promovendo, assim, a justiça social e o aproveitamento integral da inteligência nacional.

Hoje o Brasil, para alcançar níveis de qualidade de vida equivalentes aos dos países do "Segundo Mundo" tem que resgatar um "déficit" educacional na pré-escola, faixa etária entre 0 e 6 anos, de 19 milhões de crianças; no primeiro grau, faixa etária entre 7 e 14 anos, de 12 milhões de crianças; no segundo grau, faixa etária entre 15 e 18 anos, de 8 milhões de jovens, segundo estimativas feitas a partir de dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Além disso, para as metas desejadas de desenvolvimento sustentado, deveríamos ter um contingente universitário em torno de sete milhões de estudantes, quando atualmente temos apenas um milhão e meio, dos quais trezentos e cinquenta mil em universidades estatais.

Este quadro nos conduz ao desafio de uma aplicação financeira na edificação de uma rede física de escolas de 1º e 2º graus no valor de doze bilhões de dólares, o que em cinco anos representa um desembolso anual de dois e meio bilhões (considerando-se o valor do metro quadrado de construção ao preço de oitenta dólares). Ao lado disto, existe o problema de formação de professores. No ritmo atual de formação, jamais alcançaremos nossas necessidades. Seria, portanto, absolutamente necessária a utilização de formas não convencionais de preparação desses profissionais (o espaço não permite expandir este assunto).

No ensino superior o desafio também é de grande monta. A produção de conhecimentos exige investimentos em pesquisa, o que acarreta também a preparação de recursos humanos altamente qualificados. Ao lado desses problemas de ordem quantitativa e financeira, temos que proceder a uma revolução pedagógica da qual surjam métodos, processos e soluções genuinamente brasileiras, pois nossos problemas educacionais têm características muito próprias.

A solução para tudo isto exige determinação, trabalho, inteligência, humildade, muita responsabilidade e, acima de tudo, espírito pátrio. Eis o desafio!

Luiz Cassemiro dos Santos é presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos — Fenapa